



CELESC

TRABALHADORES APROVAM ACORDO COLETIVO NA CELESC



Depois de uma negociação tensa, os trabalhadores da Celesc aprovaram por maioria dos votos, em assembleias realizadas em todo o estado, a contraproposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013.

O processo de negociação do ACT contou com a participação dos trabalhadores de diversas regiões do estado e foi acompanhado por concentrações semanais que deixavam todos os celesquianos incluídos no difícil processo de construção do Acordo.

Algumas questões que os trabalhadores consideravam superadas, notadamente as ligadas à segregação de direitos, retornaram a mesa e impuseram a todos um esforço para criarmos um espaço de discussão ampliado, em que o tema possa enfim ser tratado, sem preconceitos e perrengues políticos. Participaremos do Grupo de Trabalho que definirá a atualização da Política de Recursos Humanos da Celesc para TO-

DOS OS EMPREGADOS, sem diferenciação, sem segregação. Discutiremos com os trabalhadores as **REAIS** necessidades da empresa, sem desprezar as conquistas históricas da categoria, com responsabilidade e consciência das dificuldades que a empresa enfrenta e as alterações necessárias que deveremos enfrentar para o futuro. Além de dar um grande passo rumo ao fim dos ataques aos benefícios dos trabalhadores, o Acordo Coletivo garantiu conquistas importantes para a categoria, com a reposição da inflação e um cronograma para pagamento do PCS passado e revisão do PCS futuro, além da correção dos pisos salariais da empresa como forma de reter os empregados no quadro funcional. **Os sindicatos que compõem a Intercel parabem os trabalhadores que permaneceram unidos e mobilizados e conquistaram um Acordo Coletivo de Trabalho bom e justo para todos.**



Trabalhadores aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho por maioria dos votos em assembleias realizadas em todas as bases. No detalhe as assembleias de Lages (topo da página), Blumenau (ao lado) e Joinville (acima).



Pacote das concessões ignora o fim das terceirizações, a garantia de investimentos nas empresas estatais e maior redução da tarifa para consumidores residenciais

A presidenta Dilma anunciou oficialmente nesta terça-feira, dia 11 de setembro, a renovação das concessões que vencerão a partir de 2015 e as medidas de desoneração de encargos e tributos para o setor elétrico resultarão em redução média de 16,2% na tarifa paga pelo consumidor residencial e de até 28% na energia usada pela indústria.

A Federação Nacional dos Urbanitários esteve presente na cerimônia do anúncio do pacote das concessões e se decepcionou com o conteúdo apresentado, que ficou muito aquém do que os trabalhadores e a sociedade esperavam depois de tanta expectativa. Pontos fundamentais foram ignorados, como a questão da terceirização hoje regida pela lei 8987/95 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e a não revogação imediata do 1º parágrafo do artigo 25 que diz: "Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como implementação de projetos associados".

Nunca é demais lembrar que quando o setor elétrico é privatizado, funcionários experientes, altamente capacitados para o trabalho com a energia, e com anos de serviços prestados, ficam desempregados. Os serviços são então terceirizados, o que leva à má qualidade, à elevação das tarifas e problemas ainda mais graves, como o risco dos apagões.

Com a preservação deste parágrafo o Governo Dilma mostra que não está preocupado com a precarização do trabalho no setor elétrico, que vem gerando por culpa de uma terceirização indiscriminada centenas de mortes e de acidentes de trabalho gravíssimos.

A FNU e a Plataforma Operária e Camponesa repudiam essa decisão unilateral do Governo, que se pautou somente pela agenda dos empresários, deixando de ouvir o movimento sindical e as entidades do movimento social que tinham muito a contribuir nesse momento.

Outro ponto fundamental ignorado pelo Governo nestas medidas foi a falta de garantia da manutenção do papel das empresas estatais como investidoras do setor de energia. A FNU sempre defendeu mais e melhores investimentos nas empresas estatais como forma de garantir a nossa

soberania energética. Pois, o setor privado já se mostrou incapaz promover o crescimento econômico e a consequente distribuição de renda que a nossa população necessita, em especial nas regiões menos desenvolvidas.

Para a FNU a redução média de 16,2% na tarifa de energia para o consumidor residencial é frustrante, pois quem mais deveria ser beneficiada é a população que paga tarifas exorbitantes e não o empresariado que já é beneficiado com o direito de comprar essa energia mais barata. Portanto, não concordamos com essa escolha do Governo em dar privilégios à indústria e esquecer quem realmente necessita da energia para manter sua dignidade.

O pacote das concessões apresentado mostrou o que os trabalhadores do setor elétrico federal já perceberam na discussão do ACT 2012, que esse Governo não está disposto a dialogar com o movimento sindical. A FNU, os sindicatos e as entidades que integram a Plataforma Operária e Camponesa vão continuar cobrando mudanças que democratizem o setor elétrico, que representa a possibilidade de um país mais justo para todos os brasileiros.

CELESC

Condições de trabalho da Linha Viva da capital são precárias

Muito longe do que as notícias corporativas divulgam, as condições de trabalho atuais da equipe de Linha Viva de Transmissão de Florianópolis são péssimas. Mesmo sendo responsável por parte substancial do fornecimento das unidades consumidoras de Florianópolis e região, a equipe de Linha Viva da capital tem de se virar com veículos em péssimas condições, falta de equipamentos e ferramentas obsoletas, além do número de trabalhadores reduzido.

Após várias reivindicações, com a abertura de processos administrativos e intervenções da CIPA, em janeiro de 2012, os trabalhadores, suportando a pressão e o assédio da chefia imediata, recusaram-se, a utilizar o caminhão Mercedes Benz 929, com 31 anos de uso, apoiados pela Norma-134.0002 (Diretriz de Saúde e Segurança), no seu item 5.13 que diz: **Todo e qualquer trabalho na Celesc deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de segurança.** Em agosto deste ano, através da CIPA nº 2206, o SESMT diagnosticou que nenhum dos veículos disponíveis da frota, pode ser utilizado, sob pena de comprometer o isolamento elétrico dos equipamentos de linha viva, devido ao atrito e a umidade a que os mesmos se expõem.

Procurada pelos sindicatos que compõem a Intercel, a Diretoria de Distribuição providenciou a compra de novos veículos (1 caminhão e 1 caminhonete) que, segundo cronograma passado deverão ser entregues em dezembro, resolvendo em parte o problema. Falta agora uma conscientização e postura correta do chefe imediato, que continua a pressionar os trabalhadores para que executem trabalhos sem as mínimas condições de segurança. Os sindicatos da Intercel estão atentos e não permitirão o assédio e perseguição aos trabalhadores, que apenas estão reivindicando aquilo que deveria ser uma bandeira de todos os chefes na empresa: uma gestão de segurança responsável.



Carroça do caminhão da Linha Viva de Transmissão de Florianópolis

Os eletricitários não podem pagar essa conta

Para os sindicatos que compõem a Intersul e a Intercel, a renovação das concessões do setor elétrico, ainda que implementada de forma onerosa pelo governo federal, é fruto da luta dos movimentos sociais que pressionaram para que não se repetisse no país a entrega do patrimônio público; ou seja, a privatização através de novos leilões como desejavam os grandes empresários capitaneados pela FIESP. No entanto, o governo, cedendo a "lobbies", favoreceu muito mais aos que sempre ganharam neste país (seja em época de crise, ou de prosperidade econômica). A redução do preço da energia para os consumidores domésticos foi bem inferior aos desses grupos, que mais uma vez levaram vantagem. É dinheiro público saindo do bolso do povo para o bolso de poucos. Conforme informado pelo jornal especial da

Plataforma Operária e Camponesa para a Energia e em matéria do LV na semana passada, os trabalhadores e suas entidades representativas sequer foram ouvidos. A Plataforma encaminhou meses atrás à presidenta Dilma Rousseff suas propostas, que estabelecem condições para a renovação das concessões. Além de vislumbrar o interesse maior da nação e da população, as referidas propostas buscam fortalecer as empresas estatais, garantir os direitos dos eletricitários e dos atingidos pelas obras. Busca evitar o aumento da precarização do trabalho através da terceirização, entre outras questões levantadas.

O que se observa é que as regras para a renovação precisam ser profundamente compreendidas e analisadas, e ainda carecem de muito detalhamento. Porém, as direções das empre-

sas do grupo Eletrobras e de empresas estaduais de energia, talvez querendo mostrar serviço ou quem sabe até atemorizar saem histericamente anunciando o caos diante da perda de receitas que ainda não se sabe efetivamente de quanto será. Aliás, essa postura é a mesma adotada antes e durante as negociações do ACT deste ano, objetivando evitar avanços econômicos e sociais aos empregados. "Temos que mudar procedimentos, unificar e racionalizar processos; enfim, cortar despesas, custos com pessoal", sentencia José da Costa Carvalho Neto, presidente da Eletrobras. Quem sabe, a primeira medida exemplar viesse da própria Holding, onde - conforme denuncia a Associação de Empregados (AEEL), existem dezenas de assessores que foram colocados por padrinhos políticos e "esquecidos na casa".

TRACTEBEL

Plenária da Data-base

Neste sábado, dia 22/09, no Laguna Turist Hotel, na cidade de Laguna, estará acontecendo a Plenária dos empregados da Tractebel Energia.

A plenária fará a discussão e deliberação das cláusulas que comporão a Pauta de Reivindicações para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013.

Os sindicatos que compõem a Intersul esperam que os empregados participem ativamente do evento, em busca de um Acordo Coletivo de Trabalho que reflita os anseios da categoria. Procure seu sindicato e participe. Juntos somos mais fortes!

Intercel

Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Leandro Nunes da Silva
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000
Fone (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

"O futuro só chegará se no presente a segurança você adotar"

Com a entrega dos materiais da Semana Interna de Prevenção de Acidentes da Agência Regional de Florianópolis ficou evidente que alguma coisa muito errada aconteceu. A imagem do meio ambiente no Logo vencedor do concurso foi alterada com a inserção das logomarcas de 7 Empreiteiras em seu lugar, transformando o mesmo em publicidade de Empresas, descaracterizando a mensagem do autor remetendo Segurança, saúde e/ou meio ambiente, conforme exigência do Regulamento do Concurso. Além disso a frase ganhadora do concurso, **"O futuro só chegará se no presente a segurança você adotar"**, também foi modificada. Segundo a Comissão organizadora a questão da frase foi um erro da gráfica. Os sindicatos que compõem a Intercel lamentam o desrespeito com os trabalhadores que se empenharam nos concursos para dar uma identidade à SIPAT. É lamentável que se abandone o resultado da dedicação de um companheiro desrespeitando não só a todos os participantes, mas também o regulamento da SIPAT.



TST altera súmula 277 e ACT's passam a valer até a negociação seguinte

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) atendeu a uma histórica reivindicação do movimento sindical e alterou a súmula 277, que trata dos acordos coletivos, garantindo a chamada ultratividade. Com a modificação, as conquistas arrancadas em convenções ou acordos passam a vigorar até que novo termo seja negociado. Antes, eram válidas até a próxima data-base. Além disso, ao contrário do que definia o texto anterior, as condições passam a integrar os contratos individuais de trabalho.

Antes:

SENTENÇA NORMATIVA. CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVOS. VIGÊNCIA. REPERCUSSÃO NOS CONTRATOS DE TRABALHO

I - As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.

II - Ressalva-se da regra enunciada no item I o período compreendido entre 23.12.1992 e 28.07.1995, em que vigorou a Lei nº 8.542, revogada pela Medida Provisória nº 1.709, convertida na Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

Nova redação:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO.

EFICÁCIA E ULTRATIVIDADE.

As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho

ELETROBRAS

Compensação dos dias parados ainda sem definição

As tratativas sobre a compensação dos dias parados relativo à greve de julho de 2012, ocorrida nas empresas do grupo Eletrobras, continuam.

A reunião prevista para setembro, anteriormente informada no LINHA VIVA, deve acontecer mês que vem.

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) protocolou correspondência na Eletrobras, dia 14/09, onde solicita o compromisso da Holding para que a reunião ocorra na segunda quinzena de outubro, e que seja disponibilizado acesso ao relatório do levantamento dos dias de paralisação para acompanhamento do processo e desdobramentos das ações.

Identidades vazias

Eleger a internet como exemplo democrático é esconder diferenças sociais, institucionais e psicológicas entre as vidas “real” e “virtual”

Na edição de 25 de dezembro da revista “Time”, o prêmio tradicional de “Pessoa do Ano” não foi concedido a Mahmoud Ahmadinejad [presidente do Irã], Kim Jong-Il [ditador norte-coreano], Hugo Chávez [presidente venezuelano] ou qualquer outro membro da gangue dos usuais suspeitos, mas a “você”: a todos e a cada um de nós... usuários e criadores de conteúdo na web. A capa mostra um teclado branco com um espelho para uma tela de computador onde cada um de nós, leitores, pode ver seu reflexo. Para justificar a escolha, os editores mencionaram a transição das instituições para os indivíduos, que estão ressurgindo como cidadãos da nova democracia digital.

Há coisas que os olhos não conseguem ver, nessa escolha, e em um sentido mais amplo do que o comum nessa expressão. Se algum dia já houve uma escolha ideológica, esse é um caso que merece perfeitamente a classificação: a mensagem -uma nova democracia cibernética na qual milhões podem se comunicar e organizar diretamente, contornando o controle estatal centralizado- encobre uma série de brechas e tensões perturbadoras.

A primeira e mais evidente das ironias é que cada pessoa que olhe a capa da “Time” não verá as demais pessoas com quem supostamente se relaciona diretamente, e sim um reflexo de sua própria imagem. Não admira que Leibniz [1646-1716] seja uma das referências filosóficas preferenciais dos teóricos do ciberespaço: afinal, a imersão das pessoas no ciberespaço não se enquadra perfeitamente à nossa redução a uma mônada leibniziana que, embora “sem janelas” capazes de se abrir diretamente para as realidades externas, espelha em si mesma todo o universo?

Será que o típico internauta atual, sentado sozinho diante da tela de seu computador, não representa mais e mais uma mônada sem janelas diretas para a realidade, envolvido apenas com simulacros virtuais, e no entanto mais e mais imerso na rede mundial, e se comunicando de maneira sincrônica com todo o planeta? Uma das mais recentes modas entre os radicais do sexo são as maratonas de masturbação, eventos coletivos nos quais centenas de homens e mulheres se autopropiciam satisfação sexual para fins de caridade. A masturbação cria uma coletividade a partir de indivíduos dispostos a compartilhar uns com os outros... o quê?

O solipsismo de uma diversão estúpida. Seria possível propor que as maratonas de masturbação são a forma de sexualidade que se enquadra de maneira mais perfeita às coordenadas do ciberespaço. Mas isso é apenas uma parte da história. O que se torna preciso acrescentar é que o “você” que se reconhece enquanto imagem em uma tela padece de uma profunda divisão: eu jamais me limito a ser a persona que assumo na máquina. Primeiro, existe o (bastante evidente) excesso do eu como pessoa corpórea “real” além da persona virtual.

Ética Virtual

Os marxistas e outros pensadores de inclinações críticas gostam de apontar para o fato de que a igualdade do ciberespaço é enganosa -ela ignora todas as complexas disposições materiais (meu patrimônio, minha posição social, meu poder ou falta dele etc.). A inércia da vida real desaparece magicamente na navegação pelo ciberespaço, desprovida de fricção. No mercado atual, encontramos toda uma série de produtos privados de suas propriedades malignas: café sem cafeína, creme sem gordura, cerveja sem álcool... ciberespaço. A realidade virtual simplesmente generaliza esse procedimento: cria uma realidade privada de substância. Da mesma maneira que o café descafeinado tem cheiro e gosto semelhantes aos do café sem ser café, minha persona na rede, o “você” que vejo lá, é sempre um “eu” descafeinado. Por outro lado, existe também o excesso oposto, e muito mais perturbador: o excedente de minha persona virtual com relação ao meu “eu” real. Nossa identidade social, a pessoa que presumimos ser em nosso intercuro social, já é uma máscara, já envolve a repressão de nossos impulsos inadmissíveis, e é precisamente nessas condições de “só uma brincadeira”, quando as regras que regulam os intercâmbios de nossas vidas reais estão temporariamente suspensas, que podemos nos permitir a exibição dessas atitudes reprimidas.

Basta lembrar do mitológico sujeito tímido e impotente que, participando de um jogo virtual interativo, adota a identidade de um assassino sádico e sedutor irresistível. Seria simples demais afirmar que essa identidade é apenas um suplemento imaginário, uma fuga temporária de sua impotência na vida real. Na verdade, o que importa é que, porque ele sabe que o jogo virtual é “apenas um jogo”, ele se sente capaz de exibir “seu eu real”, fazer coisas que nunca fez em interações reais -sob a capa de uma ficção, a verdade sobre ele se articula. O fato mesmo de que eu perceba minha auto-imagem virtual como simples brincadeira me permite, assim, suspender os obstáculos que usualmente impedem que eu realize meu “lado escuro” na vida real -meu “id eletrônico” ganha asas, dessa forma. E o mesmo se aplica aos meus parceiros na comunicação via ciberespaço. Não há como ter certeza de quem sejam, de que sejam “realmente” como se descrevem, ou de saber se existe uma pessoa “real” por trás da persona on-line. A persona on-line é uma máscara para uma multiplicidade de pessoas? A pessoa “real” com quem converso possui e manipula mais personas no computador, ou estou simplesmente me relacionando com uma entidade digitalizada que não representa pessoa “real” alguma?

Existência Sublimada

Para resumir, “interface” quer dizer exatamente que minha relação com o outro nunca acontece face a face, que sempre há a mediação de uma maquinaria digital interposta cuja estrutura é labiríntica: eu “navego”, eu me perco sem muito rumo nesse espaço infinito onde mensagens circulam livremente sem destino fixo, enquanto seu Todo -esse imenso circuito de murmúrios- continua para sempre além do escopo de minha compreensão. O obverso da democracia direta do ciberespaço é essa caótica e impenetrável magnitude de mensagens e seus circuitos, que nem mesmo o maior esforço de minha imaginação é capaz de compreender -o filósofo Immanuel Kant [1724-1804] teria classificado o ciberespaço como “sublime”.

Pouco mais de uma década atrás, havia um brilhante comercial inglês de cerveja. A primeira parte reproduzia a conhecida história de uma moça que caminha ao longo de um riacho, vê um sapo, o toma nas mãos e beija, e o sapo miraculosamen-

te se transforma em príncipe. Mas a história não acabava assim. O jovem olhava a moça de um jeito cobiçoso, a tomava nos braços, a beijava e ela se transformava em uma garrafa de cerveja, que ele exibia em um gesto triunfante.

Assombração na rede

A moça fantasiava sobre um sapo que na verdade era príncipe, o rapaz sobre uma moça que na verdade era uma garrafa de cerveja: para a mulher, seu amor e afeto (sinalizado pelo beijo) poderiam fazer de um sapo um príncipe, enquanto para o homem, tudo não passa de um esforço para reduzir a mulher ao que os psicanalistas designam como “objeto parcial” -aquilo que, em você, me faz desejar você (é claro que um argumento feminista óbvio seria que as mulheres, em sua experiência amorosa cotidiana, em geral experimentam a passagem oposta: beijam um belo jovem e, quando o vêem de perto, ou seja, tarde demais, descobrem que ele é um sapo...).

O casal real de homem e mulher, portanto, vive assombrado por essa bizarra figura de um sapo abraçando uma garrafa de cerveja. O que a arte moderna propicia é exatamente esse espectro subjacente. É perfeitamente possível imaginar um quadro do pintor surrealista Magritte no qual um sapo abraça uma garrafa de cerveja, com um título como “Homem e Mulher” ou “Casal Ideal” (a associação com a famosa cena surrealista do burro morto ao piano [do filme “O Cão Andaluz”] fica completamente justificada, nesse caso).

É essa a ameaça do ciberespaço e de seus jogos, no plano mais elementar: quando um homem e uma mulher interagem nele, podem se ver assombrados pelo espectro do sapo que abraça a cerveja. Já que nenhum dos dois está consciente disso, as discrepâncias entre o que “você” realmente é e o que “você” aparenta ser no espaço digital podem resultar em violência homicida.

* Slavoj Žižek é um sociólogo, filósofo e crítico cultural esloveno.

